

**ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBITANTURAS SIMPLES, EM SÉRIE ÚNICA,
DA ESPÉCIE SUBORDINADA, DA TELEPAR CELULAR S.A.**

Pelo presente instrumento particular,

TELEPAR CELULAR S.A., sociedade anônima brasileira com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Comendador Araújo, 299, inscrita no CNPJ sob nº 02.112.197/0001-64, neste ato representada na forma de seu estatuto social (denominada simplesmente denominada "Emissora"),

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A., nomeada nesta Escritura e nela inscrita, representando a comissão de debenturistas adquirentes das debenturas objeto da presente emissão (denominadas designadas individualmente "Debitantes" e coletivamente por "Debitantes"), instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, com sede na Av. Paulista, 2.439, 11º andar, na Capital do Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 08.886.335/0001-54, neste ato representada na forma de seu estatuto social (denominada simplesmente denominada "Agente Fielucitório"), e

TELECELULAR S.U. PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima brasileira, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Comendador Araújo, 299, inscrita no CNPJ sob nº 02.558.115/0001-21, neste ato representada na forma de seu estatuto social (denominada simplesmente denominada "Garantidora"),

vêm por esta e as melhor forma de direito celebrar a presente Escritura da 1ª Emissão Pública de Debitaturas Simples, em Série Única, da Espécie Subordinada, da Telepar Celular S.A. (denominada simplesmente denominada "Emissora"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA 1 - DA AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura é celebrada com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Emissora realizada em 30 de agosto de 2000, nas Reuniões do Conselho de Administração ("CA") da Emissora realizadas em 14 de setembro de 2000 e 09 de novembro de 2000 e na Reunião do Conselho de Administração da Garantidora realizada em 4 de setembro de 2000, cujas atas estão registradas e publicadas na forma da lei.

Nas termos do §1º do Artigo 39 da Lei nº 6.404/76 e do Artigo 36, inciso VII de seu estatuto social, a AGE da Emissora delegou, ainda, ao Conselho de Administração da Emissora poderes para deliberar e proceder a eventuais alterações nas condições de emissão das Debitaturas, bem como decidir acerca da oportunidade da emissão, a época e condições de vencimentos, amortização e resgate das Debitaturas, época e condições de pagamento de juros, além do designio e prêmio, se houver, e para propor, em nome da Emissora à assembleia geral de debenturistas, as alterações que julgar necessárias com relação a esta Escritura.

CLÁUSULA II - DOS REQUISITOS

A emissão de Debênturas será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1 **Registro no Conselho de Valores Mobiliários ("CVM").** A presente emissão será registrada no CVM, na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2.2 **Registro da Escritura.** A presente Escritura será registrada no competente Cartório de Registro de Imóveis da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

CLÁUSULA III - DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

3.1 Os recursos obtidos com a emissão das Debênturas serão utilizados pela Emissora para financiar seus investimentos para ampliação e manutenção da rede de telefonia móvel e para liquidar compromissos de curto prazo obtidos no mercado nacional, também utilizados para o seu programa de investimentos, de forma a alongar o seu perfil de maturidade.

Em milhões de R\$	2006	2007	2008	2009	TOTAL
INVESTIMENTOS	108,3	113,8	113,8	113,8	449,7
Hardware e Infraestrutura Tecnológica	99,3	103,8	111,8	111,8	426,7
Outros Investimentos	9,0	1,0	1,0	1,0	12,0
AMORTIZAÇÕES	208,3	40,4	33,0	371,3	652,0
TOTAL	316,6	154,2	146,8	485,1	1.102,7
RECURSOS	200,0	280,0	280,0	200,0	960,0
RECURSOS PRÓPRIOS	41,6	131,8	108,3	280,4	561,1
RECURSOS EXTERNOS	158,4	148,2	-	-	306,6
Banco	40,0	18,4	-	-	58,4
Debênturas	118,4	-	-	-	118,4
Demais Recursos Ex.	10,0	-	-	-	10,0
TOTAL	200,0	280,0	280,0	200,0	960,0

CLÁUSULA IV - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

4.1 **Setor de Atividade da Emissora.** A Emissora tem por objeto a exploração de serviços de telefonia móvel celular e atividades correlatas, secundárias ou acessórias à prestação desses serviços, na conformidade das concessões, autorizações e permissões que lhe foram outorgadas.

4.2 **Número de Emissão.** Esta Emissão constitui a 1ª emissão de Debêntures da Emisora.

4.3 **Colocação e Procedimento de Distribuição.** A colocação das Debêntures será pública, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para negociação em mercado de balcão organizado, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição referido no Artigo 35 da Instrução CVM nº 13, de 30 de setembro de 1998, incluindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, sendo atendidas, preferencialmente, em igualdade de condições, os clientes das instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição das Debêntures (denominadas simplesmente denominadas "Coefinanciadoras") e de eventuais instituições financeiras subcontratadas.

4.4 **Quantidade de Títulos.** Serão emitidas 28.000 (vinte mil) Debêntures, para distribuição pública.

4.5 **Valor Nominal Unitário.** O valor nominal unitário das Debêntures será R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo ("Valor Nominal").

4.6 **Valor da Emissão.** O valor total da emissão será de R\$280.000.000,00 (duzentos milhões de reais), na Data de Emissão.

4.7 **Série.** As Debêntures serão emitidas em série única.

4.8 **Negociação.** A emissão será registrada para negociação no mercado secundário através do Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto ("ANIMA"), e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP").

CLÁUSULA V - CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

5.1 **Tipo e Forma.** As Debêntures serão de tipo simples, não convertíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa escritural, sem ônus de custódia ou certificação. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo Extrato da Conta de Depósito de Debêntures Escriturais, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia das Debêntures, comutada pela Emisora.

5.2 **Êpoca.** As Debêntures serão da espécie subordinada, na forma de disposto no Artigo 38 da Lei nº 6.404/76, preferindo apenas aos acionistas os ativos remanescentes, se houver, em caso de liquidação da Emisora.

5.3 **Data de Emissão.** A data da emissão das Debêntures será o dia 2 de Outubro de 2009 ("Data de Emissão").

5.4 **Prazo, Data de Vencimento e Amortização.** O prazo das Debêntures será de 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 2 de outubro de 2010 ("Data de Vencimento"); data em que, segundo o disposto no item 5.14 abaixo, deverá ser pago, em uma única parcela, o Valor Nominal das Debêntures, juntamente com a Remuneração eventualmente devida nos termos desta Escritura.

5.5 **Remuneração.** Conforme o item 5.3.2 abaixo, as Debêntures receberão juros equivalentes a 107,7% da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, denominada Taxa DI, "over esta grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação de Títulos, durante

denominada "Taxa DI". As taxas serão calculadas de forma exponencial e cumulativa por ano, sempre por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal das Debêntures desde a Data de Emissão, ou data de vencimento dos juros imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. A remuneração das Debêntures foi definida em processo de *best bidding*, ficando porém sempre limitada ao máximo de 100,7% da Taxa DI. A remuneração definitiva, determinada em processo de *best bidding*, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Emisora e está publicada no Primeiro Anexo de Informação Discriminada Pública da Debêntura.

5.5.1 Periodicidade de pagamento. Os juros serão pagos semestralmente, a contar da Data de Emissão, vencendo-se no dia 1 de abril e 1 de outubro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 2 de abril de 2004 e o último na Data de Vencimento.

5.5.1.1 Se existir data(s) coincidente(s) com dia em que não haja expediente comercial no horário nas cidades de Curitiba (PR) ou/ou São Paulo (SP), a(s) data(s) de vencimento dos juros ficará(ão) prorrogada(s) automaticamente para o primeiro dia útil subsequente, sem qualquer aumento monetário aos valores a serem pagos, conforme disposto no item 3.3.2 acima.

5.5.2 Período de Vigência da Remuneração. As condições de Remuneração definidas acima serão período de vigência da Data de Emissão até a Data de Vencimento, ou até a quitação integral das obrigações da Emisora.

5.5.3 Fórmula de cálculo da Remuneração.

$$JR = VN \times (i_1 + i_2 \dots + i_n + 1)$$

onde,

JR = valor dos juros a ser pago nas datas dos seus respectivos vencimentos;

VN = valor nominal da debênture no início do "Período de Capitalização" (conforme definido abaixo);

$i_1 + i_2 \dots + i_n$ = taxa de variação acumulada da Taxa DI, acumulada da spread, entre a data de início e a data final do "período de capitalização" dos juros, calculado conforme Fórmula abaixo:

Os termos t_1 , t_2 , t_3 serão obtidos de acordo com a seguinte Fórmula:

$$t_i = \left\lceil \left[\left(1 + \frac{\text{Taxa DI}_i}{100} \right)^{\frac{360}{T_i}} - 1 \right] \times 5 \right\rceil + 1$$

onde,

t_i = taxa da Taxa DI referente ao dia "i";

Taxa DI_i = Taxa DI, em percentual ao ano, base 360 dias, calculada e divulgada pela CETIP, referente ao dia "i".

5 = remuneração publicada no Primeiro Anúncio de Início de Distribuição Pública de Dividendos.

5.3.4 **Período de Capitalização.** Define-se Período de Capitalização como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Encerrão, no caso do Primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração prevista neste item 5.3, imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem interrupção de continuidade. Os Períodos de Capitalização estão definidos da seguinte forma:

Período de Capitalização	Datas de Início e Data Final
1ª	Da data de encerrão, inclusive, até 03/04/2001, exclusive.
2ª	03/04/2001, inclusive, a 01/04/2002, exclusive.
3ª	01/04/2001, inclusive, a 01/04/2002, exclusive.
4ª	01/04/2002, inclusive, a 01/04/2003, exclusive.
5ª	01/04/2003, inclusive, a 03/04/2003, exclusive.
6ª	03/04/2003, inclusive, a 03/04/2003, inclusive.

5.3.5 **Apuração da Taxa DI.** Se na data de apuração de valor de quaisquer obrigações não se encontra a Taxa DI aplicável à determinação da Remuneração em um determinado Período de Capitalização por não se ter sido divulgada, será aplicado o último valor da Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, nem por parte da Emissora quanto por parte dos debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI aplicável.

5.3.5.1. A utilização da Taxa DI deverá considerar o número de casas decimais conforme divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

5.3.6 **Exatidão, impossibilidade legal de utilização ou não divulgação da Taxa DI.** No evento de extinção, impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Taxa DI ou da não divulgação da Taxa DI por mais de 30 (trinta) dias seguidos, será utilizada em sua substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Na ausência de índice que a substitua, no caso, a exclusão arbitrária do Agente Fielatário, a Taxa DI deixar de ser representativa da média dos depósitos interbancários, a Agente Fielatária deverá convocar Assembleia Geral de debenturistas, nos termos do Artigo 154 da Lei nº 6.404/76, a ser realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da data do evento, para deliberar, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro de Remuneração das Debêntures a ser proposto pela Emissora. O novo parâmetro de Remuneração, estabelecido entre os debenturistas e a Emissora, será utilizado, também, para a Remuneração do período compreendido entre a data de divulgação da última Taxa DI até a próxima data de vencimento de juros ou do valor principal das Debêntures. Caso não haja acordo entre os debenturistas e a Emissora, as Debêntures deverão ser resgatadas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data da convocação da Assembleia Geral de debenturistas, na sua totalidade, pelo valor não amortizado de Valor Nominal das Debêntures acrescido da Remuneração devida até a data do resgate, calculada pro rata temporis, a partir da data do último pagamento da Remuneração.

5.3.7 Para fins de cálculo da Remuneração a ser paga aos debenturistas na hipótese de ocorrência de disposição no item 5.3.6 acima, fica desde já acordado que, a partir da data de convocação da Assembleia Geral ali prevista, as Debêntures pagarão remuneração equivalente à taxa percentual da Remuneração que as Debêntures fixaram por no período de 30 (trinta) dias imediatamente anterior à convocação da referida assembleia, calculado pro rata temporis até a data de pagamento do valor do resgate.

3.4 **Prço e Forma de Subscrição e Integralização e Preço de Subscrição.** As Debêntures serão subscritas em até 5 (cinco) meses contados da deferimento do pedido de registro da emissão das Debêntures pela CVM. A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos - SDT, disponibilizado pela CETIP. A integralização será à vista e em moeda corrente nacional, no ato da subscrição ("Data de Integralização"). As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal atualizado pela taxa de Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão até a Data de Integralização, podendo ser colocadas com tipo ou deságio. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelas suas anteriores da Emissora.

3.5 **Resgate Antecipado Facultativo.** A Emissora reserva-se o direito de promover o resgate antecipado das Debêntures em circulação no 12º ou 18º mês após a Data de Emissão mediante o pagamento do título não amortizado do Valor Nominal das Debêntures, aumento da Remuneração devida até a data do resgate, calculada pro rata temporis, a partir da data do último pagamento da Remuneração, devendo a Emissora publicar aviso aos debenturistas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data do resgate. O resgate poderá ser total ou parcial, sendo, neste último caso, mediante somatório nos termos do parágrafo primeiro do Artigo 33 da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis.

3.6 **Aquisição Facultativa.** A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, observado o disposto no Artigo 33 da Lei nº 6.404/76. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecendo em tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta letra, se e quando rescatadas no mercado, terão por a mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.

3.7 **Multa de Mora e Juros Moratórios.** Ocorrendo impossibilidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso serão acrescidos de Remuneração, bem como de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplemento até a data de efetivo pagamento, e de multa moratória não compensável de 1% (um por cento) sobre o valor total devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

3.8 **Exatidão das Dívidas em Atrasos.** Sem prejuízo do disposto no item 3.7 acima, e não compensação de debenturistas para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações parceladas nos termos previstos nesta Emissão não lhe dará o direito a qualquer restituição no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

3.9 **Local de Pagamento.** Os pagamentos referentes ao principal e à Remuneração a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora, por intermédio do SND, administrado pela ANDEMA, e operacionalizado pela CETIP, ou ao Banco Itaú S.A., para os debenturistas que não estiverem vinculados ao SND.

3.10 **Prorrogação dos Prazos.** Considera-se-se prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário nas Cidades de Curitiba (PR) ou São Paulo (SP).

3.11 **Publicidade.** Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão, que, de qualquer forma, visem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser veiculados, na forma de aviso, no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional.

3.14 Resgate Antecipado Obrigatório. A Emissora se obriga a resgatar antecipadamente as Debênturas, nos termos dos itens 3.14.1 e 3.14.2 abaixo, caso o Grupo Telecom Italia deixe de pagar, direta ou indiretamente, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) do capital votante da Companhia ou da Emissora.

3.14.1. No caso de ocorrência da hipótese acima prevista, o seguinte procedimento deverá ser observado:

- (a) a Emissora ou a Garantidora, conforme o caso, deverá comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário acerca da ocorrência da hipótese prevista no item 3.14 acima; e
- (b) sendo o Agente Fiduciário comunicado acerca da ocorrência da hipótese prevista no item 3.14 acima, deverá ele convocar Assembleia Geral dos debenturistas para informações de ocorrência. Os debenturistas terão o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de realização da referida Assembleia Geral, para manifestar, por escrito, sua discordância com a ocorrência do fato previsto no item 3.14 acima e sua vontade de que a Emissora promova o resgate antecipado das Debênturas por eles devidas.

3.14.2 A Emissora obriga-se a resgatar as Debênturas dos debenturistas que manifestarem sua discordância nos termos do item 3.14.1 (a) acima, pelo valor não amortizado do seu Valor Nominal, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada pro rata temporis, a partir da data de último pagamento da Remuneração, que deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de manifestação dos debenturistas.

3.15 Vencimento Antecipado. Sejam ao disposto no item 3.15.2 abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidos todos as obrigações objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora ou da Garantidora do saldo não amortizado do Valor Nominal das Debênturas, acrescido da Remuneração e, se for o caso, dos juros de mora e da multa moratória, calculados exponencialmente por dias decorridos, independentemente de qualquer aviso ou notificação, na ocorrência dos seguintes eventos:

- I. não pagamento do principal ou juros devidos em razão das Debênturas nas respectivas datas de vencimento;
- II. protesto legítimo e rebatido de títulos contra a Emissora cujo valor agregado seja igual ou superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), ou a constituição da Emissora em mora por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor, salvo se o protesto ou constituição em mora tiver sido efetivado por este ou outro de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for constatado, ou ainda, se o valor dos títulos protestados, ou da obrigação que esteja em atraso, for objeto de depósito em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias de sua ocorrência;
- III. decretação de falência da Emissora ou da Garantidora;
- IV. pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora ou pela Garantidora;
- V. falta de cumprimento pela Emissora ou pela Garantidora de toda e qualquer Obrigação Adicional prevista nos itens 6.2 e 7.2(a) desta Escritura não sanada em 15 (quinze) dias, contados do aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- VI. falta de cumprimento pela Garantidora de ambas as Obrigações Adicionais previstas no item 7.2(b) desta Escritura não sanada em 5 (cinco) meses, contados do aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário.

- VII. não obstante o disposto no Item VI acima, caso a qualquer tempo, durante o referido período de 5 (cinco) meses, a relação entre a Dívida Líquida Consolidada e o patrimônio dos titulares quanto acentos do EREDA apresente deterioração em comparação ao índice verificado quando da contratação da falta de cumprimento pela Garantidora de sua Obrigação Adicional prevista no Item 7.2(b) II acima;
- VIII. vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, em montante igual ou superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), em razão de inadimplemento contratual;
- IX. o contrato de concessão (ou ato de outorga que o substitua) seja revogado, suspenso, extinto, rescindido ou tenha sua eficácia e validade, mesmo quando substituído por outro ato de outorga nos termos da legislação em vigor;
- X. demais casos previstos em lei.

5.15.1 Os valores referidos nos subitens II e VI acima serão corrigidos em bases anuais, a contar da Data do Emissão, pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas. No caso de extinção desse índice não de sua não divulgação, deverá ser utilizado o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) daquela mesma Fundação, e, na hipótese de extinção e/ou falta de divulgação desse índice, deverá ser adotado índice que reflita a real desvalorização da moeda nacional.

5.15.2 No caso de ocorrência das hipóteses previstas nos subitens V, VI e VII acima, a Agência Fiduciária deverá convocar imediatamente para informações de ocorrência e as Debitadoras serão consideradas antecipadamente vencidas, caso os devedores representando no mínimo a maioria absoluta das Debitadoras em circulação (competentes conforme previsto na Cláusula IX da presente Escritura) deliberem nesse sentido.

5.15.3 Na ocorrência do vencimento antecipado, a Emissão obriga-se a efetuar o pagamento do saldo não amortizado do Valor Nominal das Debitadoras, acrescido da Remuneração, calculados por sua respectiva taxa e data do efetivo pagamento, em até 5 (cinco) dias úteis contados da comunicação nesse sentido, e ser enviada pelo Agência Fiduciária à Comissão Anual de Carta Preconizada no envelope constante do Item 5.16 abaixo, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, pelo pagamento das sanções previstas no Item 5.8 acima.

5.16 Modificações. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

1. Para a Emissão:

Telepar Celular S.A.
Rua Dr. Comendador Araújo, 399
Curitiba, PR 80430-080
At: Direção Adm. e Financeira e do Relações com o Investidor
Telefone: (41) 343-6782
Fax-clinic: (41) 253-3949

II. Para os Garantidores:

Tela Celular Sul Participações S.A.

Rua Comendador Araújo, 299

Curitiba, PR 84030-080

At.: Diretor Administrativo e Relações com Investidor

Telefone: (41) 363-6762

Fax-símula: (41) 233-3949

III. Para o Agente Fidejussório:

Planner Comercial de Valores Mobiliários S.A.

Av. Paulista, 2.439, 11

São Paulo, SP - 01111-900

At.: Sra. Vilaine A. Rodrigues dos Santos

Telefone: (11) 3651-8444 (ramal: 458/472)

Fax-símula: (11) 3651-8964

3.16.1 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama aos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fac-símile deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA EMISSORA

6.1 A Emissora está obrigada a:

I. Fornecer ao Agente Fidejussório:

- dentro de no máximo 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre civil, cópia dos demonstrativos financeiros relativos ao trimestre civil findo, devidamente auditados;
- trimestralmente, declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura, incluindo as que se referem à manutenção dos Limites e Índices estabelecidos no Item 7.3 (a) acima, e as entregue juntamente com os demonstrativos financeiros a que se refere a alínea (a) acima;
- as informações previstas na Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1983, com a mesma periodicidade de envio dessas informações à CVM;
- imediatamente, qualquer informação que necessariamente lhe venha a ser solicitada; e
- todos os demais documentos e informações que a Emissora e a Garantidora, nos termos e condições previstos nesta Escritura, se comprometeram a enviar ao Agente Fidejussório;

II. submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;

- III. manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus acionistas e debenturistas, pelo menos semestralmente, as Demonstrações Financeiras previstas no Artigo 175 da Lei nº 6.404/76;
- IV. estruturar e manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das Debênturas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para que prestem esse serviço;
- V. efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos nos termos da Item 7.2 abaixo;
- VI. comunicar, no prazo de até 5 (cinco) dias, ao Agente Fiduciário, qualquer descumprimento relevante, de natureza societária ou não, pela Emissora ou pela Garantidora, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura ou de qualquer contrato significativo de que a Emissora ou a Garantidora seja parte;
- VII. comunicar ao Agente Fiduciário qualquer alteração na classificação do rating concedida à presente entidade, à Emissora ou à Garantidora;
- VIII. comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer descumprimento pela Garantidora dos limites e indicações financeiros a que se refere o Item 7.2(b) abaixo; e
- IX. comprovar, mediante extrato bancário ao Agente Fiduciário, a sua posição financeira, incluindo as disponibilidades de caixa e aplicações financeiras, 15 (quinze) dias antes do vencimento de quaisquer obrigações financeiras assumidas nesta Escritura, conforme disposto no Item 7.2(a) acima.
- 4.2 A Emissora está adicionalmente obrigada a não pagar dividendos, exceto as obrigações por lei, se estiver por mais de 15 (quinze) dias em mora, sem realizar os pagamentos de quaisquer obrigações referentes às Debênturas.

CLÁUSULA VII - DAS GARANTIAS ADICIONAIS

7.1. **Fiança.** As Debênturas da presente entidade são garantidas por fiança da Garantidora, na forma estabelecida nesta Cláusula.

A Fiança garante as obrigações assumidas pela Emissora oriundas da presente Entidade, sendo irrevogável e inextinguível para todos os efeitos legais, renunciando a Garantidora, desde já, aos benefícios previstos nos Artigos 1.491, 1.498, 1.499, 1.508, 1.502, 1.583 e 1.504 do Código Civil Brasileiro, Artigos 264 e 262 do Código Comercial Brasileiro e Artigo 393 do Código de Processo Civil.

A prestação da Fiança foi devidamente autorizada pelo Conselho de Administração da Garantidora conforme ato societário, devidamente formalizado e registrado junto ao Registro do Comércio, entregue, por cópia ou cópia autenticada, ao Agente Fiduciário.

7.2. Obrigação Adicional: (a) Sem prejuízo da fiança prestada nos termos do item 7.1 acima, a Garantidora se obriga, nos termos do Artigo 818 e seguintes do Código Civil Brasileiro e dos Artigos 461 a 463 e seguintes do Código de Processo Civil Brasileiro, a dar suporte continuado à Emissora, obrigando-se a suprir a Emissora de recursos necessários para cumprir todas as obrigações relativas à presente emissão, incluindo, mas não limitado, ao pagamento da remuneração, juros, amortizações do principal, nos termos desta Escritura.

A Emissora, 15 (quinze) dias antes do vencimento de qualquer obrigação financeira assumida nesta Escritura, deverá comprovar mediante extrato bancário ao Agente Fiduciário, a sua posição financeira, incluindo as disponibilidades de caixa e aplicações financeiras.

Nos termos do parágrafo acima, o Agente Fiduciário, se verificar a incapacidade financeira da Emissora, para cumprimento das suas obrigações, deverá requerer à Garantidora que disponibilize recursos no momento necessário para o cumprimento das referidas obrigações relativas à Emissão, disponibilizando esta que poderá se dar, inclusive, por meio de aumento de capital da Emissora e/ou através de recursos com prazo de vencimento para pagamento de juros e principal superiores ao prazo de vencimento das Debêntures.

Os recursos transferidos para a Emissora conforme acima estabelecido deverão estar disponíveis em conta corrente ou em aplicações financeiras de vencimento diário da Emissora, em no mínimo 2 (dois) dias úteis antes do vencimento da obrigação da Emissora perante os debenturistas. A disponibilização de recursos nos termos deste item com relação a determinadas obrigações não prejudicará a obrigação de fazer com relação às obrigações vincendas.

A obrigação prevista neste item, bem como sua extensão, em nada afetará ou interferem nas fianças prestadas nos termos do item 7.1 acima.

(b) A Garantidora obriga-se a manter os seguintes limites e índices financeiros trimestrais a partir da Data de Emissão das Debêntures:

I - na data do último balanço trimestral, a relação entre o somatório do EBITDA dos últimos quatro trimestres da Garantidora (os "Períodos de Apuração"), conforme divulgado em seus relatórios consolidados de Informações Trimestrais ("ITRs") submetidos à CVM, e o somatório das Despesas Financeiras Líquidas no mesmo período não poderá ser inferior a:

- A) 2,0 no primeiro Período de Apuração (encerrado em 31 dezembro de 2007); e
- B) 1,5 nos Períodos de Apuração subsequentes;

II - na data do último balanço trimestral, a relação entre a Dívida Líquida Consolidada e o somatório do EBITDA dos últimos quatro trimestres da Garantidora, conforme divulgado em seus ITRs não poderá ser superior a 3,5.

Para fins deste item 7.2(b):

"EBITDA" significa o resultado (sem qualquer duplicidade): (i) de resultado antes de deduções ou tributos, impostos, contribuições e participações; (ii) de depreciação e amortizações consolidadas ocorridas no mesmo período; e (iii) das Despesas Financeiras Líquidas e descontado o (iv) resultado não operacional;

"**Dívida Líquida Consolidada**" significa o somatório das Dívidas Financeiras Consolidadas da Garantidora junto a pessoas físicas ou jurídicas, incluindo fornecedores, instituições financeiras ou devedas em função da análise de valores mobiliários de renda fixa nos mercados de capitais brasileiro e internacional, deduzidas as Disponibilidades Financeiras Consolidadas;

"**Dívida Financeira Consolidada**" significa o somatório das Dívidas Financeiras Consolidadas da Garantidora junto a pessoas físicas ou jurídicas, incluindo fornecedores, instituições financeiras ou devedas em função da análise de valores mobiliários de renda fixa nos mercados de capitais brasileiro e internacional;

"**Disponibilidades Financeiras Consolidadas**" significa o caixa acessível das aplicações de liquidez imediata e/ou em fundos de investimento de renda fixa de curto prazo que sejam caracterizados como conservadores;

"**Despesas Financeiras**" significa o somatório das custos de emissão de dívida, juros pagos a pessoas físicas ou jurídicas, incluindo instituições financeiras, fornecedores, valores mobiliários, despesas financeiras que não impactam o caixa, comissões, descontos e a custos taxas para amparadores básicos ou custos de crédito, despesas com hedge, despesas com arrendamento mercantil, despesas com parcerias a outras obrigações da Garantidora e/ou de suas subsidiárias; e

"**Despesas Financeiras Líquidas**" significa as Despesas Financeiras decorridas das receitas financeiras consolidadas.

A Garantidora deverá comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer descumprimento das metas e índices financeiros a que se refere este Item 1.2(X).

CLÁUSULA VIII - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da emissão objeto da presente Escritura, Placet Corretora de Valores S.A., qualificada no preâmbulo desta Escritura, que atua na qualidade de Agente Fiduciário e Interventor, que, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunidade dos detentores das parcelas a Emissora declarando:

- I. sob as penas da Lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do Artigo 66 da Lei nº 6.404/76, para exercer a função que lhe é conferida;
- II. aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura;
- III. aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- IV. não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no Artigo 13 da Instrução CVM nº 28, de 23 de setembro de 1993, e

V. este rito de Circular nº 1.332, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil.

8.1.1 O Agente Fideiussor exercerá suas funções a partir da data da assinatura desta Escritura ou eventual aditamento, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou o vencimento das Debêntures.

8.2 Será devido ao Agente Fideiussor o título de honorários pelo desempenho dos serviços e atividades que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, cuja remuneração paga em parcelas anuais de R\$8.080,00 (oito mil reais) cada uma, vencendo-se a primeira no 1º (primeiro) dia útil da mês seguinte ao da obtenção do registro na CVM;

8.2.1 A remuneração prevista no item anterior será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fideiussor ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora ou pela Garantedora;

8.2.2 As parcelas referidas acima serão atualizadas, na mesma periodicidade permitida em lei, pelo IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data desta Escritura;

8.2.3 A remuneração não inclui as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e custas necessárias ao exercício da função de Agente Fideiussor, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outras, ou assessoria legal à Emissora.

8.2.4 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive os administrativos, em que o Agente Fideiussor, ou seus prepostos, venham a incorrer para responder os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e quitadas pelas debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em Lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem quitadas pelas debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de sucumbência, depósitos, custos e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fideiussor ou decorrentes de ações contra ele intentadas no exercício de sua função ou intentadas contra seus prepostos visando ao defesa dos debenturistas, ou ainda que lhe causem prejuízos ou danos financeiros, enquanto representante da comunidade dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custos judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelas debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fideiussor na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o Agente Fideiussor e seus prepostos solicitar garantia prévia das debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

8.2.5 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso serão sujeitos a multa de 5 % e juros de mora de 1 % ao mês, sem prejuízo da atualização monetária.

8.2.6 As remunerações serão acrescidas dos seguintes impostos: impostos sobre serviços de qualquer natureza (ISS ou ICMS), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), Cofins, e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente

Fiduciária, exatando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;

8.1.7 Na hipótese de presente Escritura vir a ser aditada com inclusão de novas obrigações ao Agente Fiduciário ou modificação da espécie, a remuneração será revista de comum acordo com a Emisora e com os debenturistas.

8.1.8 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente que vier a ser indicada pelo Agente Fiduciário, ou através de boleto bancário (ficha de compensação).

8.1.9 A Emisora obriga-se a efetuar, desde que solicitada pelo Agente Fiduciário, o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que visarem a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos, sendo que o crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha incorrido para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas que não tenha sido satisfeito na forma deste inciso, será acrescido à dívida da Emisora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferido a estas na ordem de pagamento. As despesas a que se refere este item compreendem, inclusive, as seguintes despesas relacionadas com:

- I. publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura, e outros créditos, ou que vierem a ser exigidos, por lei e regulamentos aplicáveis;
- II. extração de créditos;
- III. despesas com viagens, incluindo custos com transporte, hospedagem e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções;
- IV. procedimentos judiciais ou administrativos promovidos pelo Agente Fiduciário para resguardar os interesses dos debenturistas; e
- V. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imperiosamente, se ocorrerem ônus sobre tais obrigações nas informações periódicas aos vários titulares dos debenturistas.

8.2 Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância, nos moldes, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembleia dos debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emisora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 30 (trinta) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá então à Emisora convocá-la, sendo que a CVM poderá tomar substituto provisório enquanto não se concluir o processo de escolha. A substituição do Agente Fiduciário observará as seguintes condições:

- I. nos casos de vacância, mediante convocação pela Emisora e aprovação dos debenturistas, e aditamento à presente Escritura;
- II. é facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de um eventual substituto, em assembleia dos debenturistas especialmente convocada para esse fim;

- III. a substituição do Agente Fiscalizante fica condicionada à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no Artigo 1º da Instrução CVM nº 2083 e eventuais normas posteriores;
- IV. em caso de renúncia do Agente Fiscalizante, este deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma substituição adequada seja escolhida pela Comissão e aprovada pelos debenturistas e assumida efetivamente as funções do Agente Fiscalizante;
- V. a substituição não implicará em remuneração proporcional superior à ora prevista. O Agente Fiscalizante substituído deverá, imediatamente após a nomeação, comunicá-la aos debenturistas, na forma do inciso XV do item 8.4 abaixo; e
- VI. serão efetuados os pagamentos observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;

8.4 Além de outras previstas em lei ou em ato normativo da CVM, constituirá deveres e atribuições do Agente Fiscalizante:

- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços constantes, nos termos da legislação vigente;
- II. cobrar todos os tributos, taxas e contribuições, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros incidentes sobre sua remuneração;
- III. verificar sistematicamente o cumprimento, pela Comissão e pela Garanteira, de suas obrigações assumidas na presente facitura;
- IV. preservar os direitos e interesses dos debenturistas, assegurando no exercício da função, a celeridade e a diligência com que todo homem ativo e probo agepara na administração dos próprios bens;
- V. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inelegibilidade;
- VI. conservar em sua guarda toda a documentação, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- VII. verificar, no momento de deixar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanados os omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- VIII. preservar nos competentes órgãos, caso a Comissão não o faça, o registro desta facitura e respectivos anexos, sanando as lacunas e irregularidades porventura nela existentes. Nesse caso, o oficial de registro notificará a administração da Comissão para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- IX. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- X. verificar, quando aplicável, a regularidade da constituição da garantia real e hipotecária, bem como dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua eficácia e executibilidade;

- XI. enviar parecer sobre a fidelidade das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- XII. solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões emitidas dos distribuidores civis, das Varas da Fazenda Pública, cartórios de promissas, Juízo de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora e/ou Garantidora;
- XIII. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora e/ou Garantidora;
- XIV. convocar, quando necessário, a assembleia geral de debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos por 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deve efetuar suas publicações;
- XV. comparecer à assembleia dos debenturistas, mesmo que não a tenha convocado, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XVI. elaborar relatório trimestral destinado aos debenturistas, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- (a) eventual erro(s) ou irregularidade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou pela Garantidora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora ou pela Garantidora;
 - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora e da Garantidora analisando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) resgate e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debênturas, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) relação dos bens e valores integrados à sua administração, quando for o caso;
 - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora e pela Garantidora nesta estrutura, especialmente aquelas previstas nos itens 6.2 e 7.2 acima;
 - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;
- XVII. colocar o relatório de que trata o inciso XVI acima à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar do encerramento do respectivo trimestre da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

- (a) na sede da Emissora;

- (b) no seu escritório ou, quando inexistente, no local por ela indicado;
- (c) na CVM;
- (d) nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e
- (e) na instituição que efetuar a custódia das Debênturas;

XVII. elaborar relatório anual destinado aos debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do Artigo 68 da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter as informações referidas no item XVI acima, e estar à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data de encerramento do respectivo exercício social, nos locais referidos no item XVI acima;

XIX. publicar no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório a que se refere o item XVI e XVII acima encontram-se à disposição nos locais indicados no item XVI acima;

XX. conceder o voto dos Debêntures a seus titulares;

XXI. manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emisora e à ANDIMA;

XXII. facilitar o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, especialmente daquelas impostas por obrigações de fazer e de não fazer, inclusive, mas sem limitação, os itens 3.24, 6 e 7 acima e os itens 14.2 e 16.2 acima; e

XXIII. notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emisora ou pela Garantiadora, de obrigações assumidas nesta Escritura, indicando o local em que ocorrerá as reuniões para maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o Agente Fidejussório tenha tomado para assegurar e proteger os interesses da reunião dos debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

- (a) à CVM;
- (b) às Bolsas de Valores, quando for o caso;
- (c) à CETIP, quando for o caso; e
- (d) à Emisora.

8.3 No caso de inadimplemento da Emisora ou da Garantiadora, deverá o Agente Fidejussório usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos debenturistas, devendo para tanto:

- I. declarar, observadas as condições desta Escritura, imediatamente vendidas as Debênturas e cobrar seu principal e acessórios;
- II. requerer a falência da Emisora ou da Garantiadora;
- III. tomar qualquer providência necessária para que os debenturistas mantenham seus créditos; e

IV. representar os debenturistas em processo de falência ou concordata da Emissora ou da Garantidora, salvo deliberação em contrário da assembleia geral de debenturistas.

8.5.1 O Agente Fiduciário poderá exercer a atribuição prevista no item I acima, na ocorrência de inadimplemento de qualquer obrigação proveniente da presente Escritura.

8.5.2 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos itens I a III do item 8.5 acima se, convocada a assembleia geral de debenturistas, esta não se autorizar por deliberação da unanimidade das Debenturas em circulação. Na hipótese de falta IV do item 8.5 acima, será suficiente a deliberação da maioria das Debenturas em circulação.

8.5.3 O Agente Fiduciário responderá perante os debenturistas pelos prejuízos que lhes resultarem por culpa ou dolo no exercício de suas funções.

CLÁUSULA IX - DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

9.1 Os titulares das Debenturas desta emissão poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia especial a fim de deliberarem sobre a matéria de interesse da comunidade dos debenturistas.

9.2 A assembleia geral de debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debenturas em circulação e pela CVM.

9.3 Aplica-se à assembleia geral de debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 8.494/02, sobre a Assembleia Geral de Acionistas.

9.4 A assembleia geral de debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debenturas em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer número.

9.5 A presidência da assembleia caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debenturas ou aquele que for designado pela CVM.

9.6 Formalizadas as disposições expressas previstas nesta Escritura ou em lei, e salvo no que se refere a modificações nas condições das Debenturas, que dependerão da aprovação dos debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debenturas em circulação, as demais deliberações e atos tomados em assembleia geral de debenturistas dependerão da aprovação da maioria absoluta de votos dos debenturistas presentes na assembleia, incluindo-se, em qualquer caso, para efeito de quórum, os votos em branco e as Debenturas pertencentes à Emissora, à Garantidora, qualquer de suas subsidiárias, coligadas ou controladoras ou qualquer de seus diretores, conselheiros ou acionistas.

9.7 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora e da Garantidora nas assembleias gerais de debenturistas.

9.8 O Agente Fiduciário deverá comparecer à assembleia geral de debenturistas e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

CLÁUSULA X - DECLARAÇÕES E GARANTIAS

10.1 O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- I. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, sendo não restarem sobre os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- II. esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e eficaz do Agente Fiduciário, equiparada de acordo com os seus termos e condições.

10.2 A Emissora aqui se declara e garante que:

- I. é uma sociedade comercial devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital aberto de acordo com as leis brasileiras;
- II. as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes/bargues para tanto;
- III. todas as autorizações societárias necessárias à celebração desta Escritura e ao cumprimento de todas as obrigações assumidas nessa Escritura foram obtidas e encontram-se válidas, eficazes e em pleno vigor;
- IV. os termos desta Escritura não contrariam (a) qualquer contrato ou documento ao qual a Emissora (ou seus controladores, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) seja parte ou qualquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (b) qualquer lei, decreto, regulamento a que a Emissora (ou seus controladores, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) ou qualquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora (ou seus controladores, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) ou qualquer de seus bens e propriedades;
- V. esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e eficaz da Emissora, equiparada de acordo com seus termos e condições;
- VI. está plenamente com o cumprimento das obrigações a que se refere o inciso VI do item 6.1 acima;
- VII. as Prospecções Preliminares e Finais relativas à emissão das Debêntures (coletivamente, o "Prospecto") contém: (i) todas as informações relevantes em relação à Emissora e suas controladas, coligadas no contexto da proposta de emissão de Debêntures e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas e perspectivas e demais em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais informações não são enganosas, incorretas ou inverídicas, (ii) as declarações contidas no Prospecto em relação à Emissora e suas controladas e coligadas são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas, (iii) as opiniões, análises e (se houver) profissões expressas no Prospecto em relação à Emissora foram dadas honestamente, sendo expressadas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis, (iv) não há outros fatos em relação à Emissora, suas controladas e coligadas ou às Debêntures cuja omissão, no contexto desta emissão, faça ver que alguma

declaração da Prospecto seja materialmente enganosa, incorreta ou inverídica, e (v) todos os esforços foram feitos pela Emissora para assegurar-se de que as declarações, informações e fatos descritos no Prospecto são verdadeiros;

VIII. as Demonstrações Financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 1999, 31 de dezembro de 1998, 30 de setembro de 1999 e 30 de setembro de 2000, representam corretamente a posição financeira da Emissora e de suas controladas e coligadas nas respectivas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil.

IX. tanto a Emissora quanto suas controladas e coligadas estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autônomos ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e

X. exceto pelas contingências informadas no Prospecto, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, ingressos ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora ou nas suas controladas e coligadas, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades.

10.2.1 A Emissora obriga-se de forma irrevogável e irrevocável a indenizar os debenturistas, o Agente Fiduciário e os Credenciados por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos atos despesas (incluindo custos jurídicos e honorários advocatícios) incorridos pelos debenturistas, pelo Agente Fiduciário e pelos Credenciados em razão da inexecução ou incorreção de qualquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula.

10.2.2 Sem prejuízo do disposto no item 10.2.1 acima, a Emissora compromete-se a notificar imediatamente aos debenturistas e ao Agente Fiduciário caso qualquer das declarações aqui prestadas tornem-se inverídicas, incompletas ou incorretas.

10.3 A Garantidora neste ato declara e garante que:

I. é uma sociedade comercial devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital aberto de acordo com as leis brasileiras;

II. se pensa que a represente na assinatura desta Escritura, sem poderes bastante para tanto;

III. todas as autorizações societárias necessárias à celebração desta Escritura e ao cumprimento de todas as obrigações assumidas nesta Escritura foram obtidas e encontram-se válidas, eficazes e em pleno vigor;

IV. os termos desta Escritura não contrariam (a) qualquer contrato ou documento no qual a Garantidora (ou suas controladas, suas consorciadas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) seja parte ou qualquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (b) qualquer lei, decreto, regulamento a que a Garantidora (ou suas controladas, suas consorciadas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) ou qualquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Garantidora (ou suas controladas, suas consorciadas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) ou qualquer de seus bens e propriedades;

V. esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e eficaz para a Garantidora, obrigável de acordo com os seus termos e condições.

VI. as Perspectivas Preliminares e Finais relativas à emissão das Debênturas (coletivamente, o "Prospecto") contém: (i) todas as informações relevantes em relação à Garantidora e suas controladas, coligadas ou controladas no contexto da presente emissão de Debênturas e necessárias para que os investidores e seus conselheiros tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Garantidora, de sua condição financeira, lucros, perdas e perspectivas e direitos em relação às Debênturas, não incluindo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais informações não são enganosas, incorretas ou inverídicas; (ii) as declarações contidas no Prospecto em relação à Garantidora e suas controladas e coligadas são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas; (iii) as opiniões, análises e (se houver) previsões expressas no Prospecto em relação à Garantidora foram dadas honestamente, sendo expressadas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em informações razoáveis; (iv) não há outros fatos em relação à Garantidora, suas controladas e coligadas ou às Debênturas cuja omissão, no contexto desta emissão, faça com que alguma declaração do Prospecto seja materialmente enganosa, incorreta ou inverídica; e (v) todos os embargos foram feitos pela Garantidora para assegurar-se de que as declarações, informações e fatos descritos no Prospecto são verdadeiros;

VII. as Demonstrações Financeiras da Garantidora, datadas de 31 de dezembro de 1999, 31 de dezembro de 1998, 31 de setembro de 1999 e 31 de setembro de 1998, representam honestamente a posição financeira da Garantidora e de suas controladas e coligadas nessas respectivas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

VIII. tanto a Garantidora quanto suas controladas e coligadas estão sujeitas às leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, municipais ou federais, aplicáveis à condução de suas operações;

IX. exceto pelas contingências informadas no Prospecto, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Garantidora ou nas suas controladas e coligadas, em suas atividades financeiras ou outras, ou em suas atividades;

10.3.1 A Garantidora obriga-se da forma irrevogável e irrevocável a indenizar os detentores das Debênturas, o Agente Fiduciário e os Coordenadores por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, ônus e/ou despesas (incluindo custos judiciais e honorários advocatícios) incorridos pelos detentores das Debênturas, pelo Agente Fiduciário e pelos Coordenadores em razão da inexecução ou inobservância de qualquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula.

10.3.2 Sem prejuízo do disposto no item 10.3.1 acima, a Garantidora compromete-se a notificar imediatamente aos detentores das Debênturas e ao Agente Fiduciário caso qualquer das declarações aqui prestadas tornarem-se inverídicas, incorretas ou enganosas.

CLÁUSULA XI - DAS DESPESAS

Correio por conta da Emissora todos os custos com o registro e publicação dos atos necessários à emissão das Debênturas da presente emissão, tais como a Escritura e as atas da Assembleia Geral Extraordinária e da Reunião do Conselho de Administração.

CLÁUSULA XII - OUTRAS DISPOSIÇÕES

12.1. A violação de alguma das cláusulas contidas na presente Escritura não invalidará as demais cláusulas.

12.2. Qualquer falta ou atraso de qualquer das partes em exercer direito previsto na presente Escritura não representará a renúncia do mesmo, nem o simples ou parcial exercício de qualquer direito aqui previsto impedirá o exercício completo deste direito ou de qualquer outro direito.

12.3. A renúncia de determinado direito previsto na presente Escritura não deverá ser interpretada como renúncia de qualquer outro direito aqui previsto.

CLÁUSULA XIII - DO FORO

Fica eleito o Foro Central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura existentes entre as partes.

Estando assim certas e ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (dois) testemunhas, que também o assinam.

Caritiba, 09 de novembro de 2010.

Telepar Celular S.A.



Nome:
Cargo:

ALEXANDRE P. MORAES FILHO
DIRETOR GERAL
Sócio Presidente

Nome:
Cargo:




Planner Correios de Valores S.A.



Nome: Carlos Alexandre Borges de Moraes
Cargo: Sócio



Nome: Valdo S.A. de Souza
Cargo: Coordenador

